



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019

Políticas educacionais inclusivas e a Lei 10.639/2003: enfoques teórico-metodológicos de teses e dissertações¹

Gabriela Santos Silva¹; Antonia Almeida Silva²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: g.b.s.santos@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: antoniasilva@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais; Políticas inclusivas; Produções acadêmicas;
INTRODUÇÃO

Este trabalho está associado à pesquisa *Questões epistemológicas e metodológicas da produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil (2000-2010)*, desenvolvida por pesquisadores do Centro de Estudos e de Documentação da UEFS. O recorte aqui apresentado tem por objetivo identificar e analisar os estudos que, no universo de 1.283 teses e dissertações que compõem o banco de dados da pesquisa, tratam das políticas afirmativas de corte étnico, no campo educacional, procurando apreender as tendências teórico-metodológicas que orientaram essa produção no período 2000-2010 e tomou como recorte as produções acadêmicas do eixo 9, com foco nas políticas afirmativas educacionais. Para isto, utilizou das seguintes categorias de análises: relações étnico-raciais e implementação de políticas.

O estudo foi guiado pela seguinte questão norteadora: quais as características epistemológicas e metodológicas das produções acadêmica em políticas educacionais com recorte para as políticas de inclusão, com ênfase n a Lei 10.639/2003?

Para o desenvolvimento do estudo tomou-se como uma das referências Gomes (2010), por considerar que a lei 10.639/2003 questionou o lugar de neutralidade do Estado Brasileiro, abrindo perspectivas para a consolidação de um Estado democrático. No Brasil, historicamente a população negra esteve marginalizada, em relação à branca, inclusive, no âmbito educacional, pois teve de se adaptar desde o início a uma realidade em que sua educação, mesmo após a abolição, era voltada para servir de treinamento para o trabalho. (BARROS, 2011).

¹ Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado está associado à pesquisa *Questões epistemológicas e metodológicas da produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil (2000-2010)*, que analisou teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação em educação no período de 2000 a 2010. Considerando o montante de cursos da área, foram selecionados os cursos que obtiveram nota igual ou superior a cinco, na avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concluída em 2011. Foram mapeadas as produções de 21 cursos de pós-graduação e catalogadas 1.283 produções.

A pesquisa se aproxima dos estudos do tipo Estado da Arte, conforme definição de Ens e Romanowski (2006), que situam a esses estudos como essenciais para a avaliação das produções de um campo de saber, pelas contribuições que podem oferecer para indicar as tendências das produções e as lacunas. Os trabalhos foram identificados no banco de dados disponível no Centro de Estudos e de Documentação em Educação (CEDE)/UEFS, a partir do qual foram adotados dois procedimentos que se desdobraram em ações: 1- Levantamento de Dados; 2- Análise dos Dados. Foram identificadas 12 produções relacionadas com o tema das Relações Ético Raciais e desse universo cinco foram lidas na íntegra e as outras sete foram caracterizadas apenas pelos elementos apresentados no resumo.

A LEI 10.639/2003 E OS ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Das 1.283 teses e dissertações do banco de dados do CEDE, foram identificadas 92 relacionadas com política afirmativas, distribuídas entre os eixos cinco e nove, que continham três e nove produções respectivamente. Destas, apenas 12 versam sobre a Lei 10.639/2003. Desses 12, oito são dissertações e quatro são teses, com mais incidência de produções no ano de 2010. Constatou-se a predominância de produções oriundas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Assim, as 12 produções identificadas foram concentradas em 10 instituições, mas três ocorrências foram concentradas na UFPR.

Os trabalhos identificados foram classificados em três grupos, sendo eles: **1)** os que focalizavam a implementação da lei; **2)** os trabalhos cujo foco se aproximava da implementação; e, **3)** os que não se relacionavam com o referido recorte de forma mais direta. No tocante às tendências teórico-metodológicas observou-se que todas as pesquisas exploraram dados empíricos e operaram instrumentos variados como: entrevistas, questionários, diários de campo. No que tange aos aspectos teóricos não foi constatada a

predominância de qualquer abordagem, logo, não há tendência dominante entre as escolas teóricas referidas nas produções. Assim, enquanto Onasyo (2008), se aproxima de uma abordagem culturalista, Oliveira (2010) respalda-se nos estudos decolonial, enquanto Chagas (2010), se aporta numa abordagem teórico-crítica.

Cabe lembrar que Lei 10.639/2003 foi sancionada em um contexto de grande mobilização dos setores organizados representativos dos movimentos populares envolvidos com as causas das Relações Étnico-Raciais. A implementação da lei, portanto, se apresentou como um tema que mobilizou pesquisadores que priorizaram a análise dos sentidos e implicações práticas da Lei, com enfoques diversos.

De acordo com Pereira e Silva (2012) as tentativas de instituição de uma legislação que tratasse dos problemas relacionados ao lugar do negro na sociedade brasileira vinham de longa data. A aprovação da Lei, portanto, marca o reconhecimento legal da diferença, e, portanto, do pluralismo brasileiro, criando bases para o conceito de “**igualdade substantiva**, segundo o qual a finalidade de qualquer sistema político-legal é promover a igualdade entre os seus membros, e não somente submetê-los a critérios universais de igualdade formal” (BARRETO, 2011, p.47, grifos da autora).

REFERÊNCIAS

BARROS, Z. dos S. In: BARRETO, P. C. da S.; BARROS, Z. dos S.; OLIVEIRA, M. A.; SANTOS, M. A. dos. **Educação e relações étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. p.43-56.

BARRETO, P. C. da S. Ações afirmativas na educação. In: BARRETO, P. C. da S.; BARROS, Z. dos S.; OLIVEIRA, M. A.; SANTOS, M. A. dos. **Educação e relações étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. p.43-56.

BRASIL. **Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

CHAGAS, W. dos S. **Do contexto da influência ao contexto da prática: caminhos percorridos para a implementação da lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de Esteio – RS**. São Leopoldo, 2010. 119 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

DIAS, L. R. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – Da LDB de 1961 a Lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília, DF: MEC; Secad, 2005. p.49-62.

ENS, R.T.; ROMANOWSKI, J. P. As pesquisas denominadas “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v.6, p. 37-50, set/dez. 2006.

GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/03: breves reflexões. In: BRANDÃO, A. P. (org.). **Modos de Fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p.19-25.

OLIVEIRA, L. F. de. **Histórias da África e dos africanos na escola. As perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular**. Rio de Janeiro, 2010. 281 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ONASAYO, C. F. P.; **Fatores obstaculizadores na implementação da lei 10.639/03 de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva dos/as professores/as das escolas públicas estaduais do município de Almirante Tamandaré-PR**. Curitiba, 2008. 184 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação – Universidade Federal do Paraná.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. Percurso da Lei 10.639/03: antecedentes e desdobramentos. In: **Linguagens & Cidadania**, v.14, jan./dez, 2012, p.1-12.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Laureano Pelegrin (trad.). Bauru, SP: EDUSC, 1999.